

Contra a PEC 55 e as reformas da Previdência e Trabalhista; em defesa do emprego e de salários

Com certeza você tem um conhecido, uma conhecida desempregados. O desemprego no Brasil já atinge 22 milhões de pessoas, segundo dados recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É muita gente!

A inflação está na porta, ninguém mais aguenta pagar as contas. Seja do arroz e do feijão no supermercado, da luz, gás e outras tarifas. E quem não está com alguma dívida hoje?

Para resolver essa crise tamanha, o governo federal está jogando a conta nas costas dos trabalhadores. Dessa forma, empresários, banqueiros e agroindústria, por exemplo, além de não serem prejudicados, saem beneficiados.

Não vou pagar!

Apenas os trabalhadores pagam essa conta. Os direitos da convenção trabalhista, por exemplo, como férias, 13º salário e horas extras, com a reforma Trabalhista; a mudança do trabalho direto em terceirizado, com menores salários e menos direitos; a exigência de trabalho até os 65 anos para só então ter direito à aposentadoria, com a reforma da Previdência; a redução e o congelamento do orçamento para a saúde, educação e outros serviços sociais por 20 anos, com a Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 55 (ex 241); o direito de greve dos funcionários públicos e o fim dos concursos públicos; salários e carreira congelados, a privatização da Petrobrás. Tudo isso é terrível!

Mas essas medidas não são novas e não encontram apoio na população, que já demonstrou seu rechaço aos políticos, aos governos e a esses planos.

Vamos à luta!

Eram mais de 1100 escolas, institutos federais e universidades ocupadas contra a reforma do Ensino. Com a aprovação da PEC 241/16 na Câmara, e seu envio ao Senado, como PEC 55, os estudantes universitários intensificaram as ações. Os técnicos administrativos das universidades federais, base da Fasubra, entraram em greve no dia 24 de outubro; há greves parciais também entre os técnicos e docentes dos Institutos Federais de Ensino e docentes das universidades federais. No fim de semana de 5 e 6 de novembro, Andes-SN e Sinsasefe, entidades filiadas à CSP-Conlutas, aprovaram intensificar o movimento e entrar em greve até o dia 18 de novembro.

O Dia Nacional de Lutas, em 11 de novembro, aprovado pelas Centrais Sindicais, com os servidores públicos e os setores que atuam na área da educação à frente expressaram que a disposição de luta dos trabalhadores é forte. Houve bloqueio de estradas em São Paulo, Rio Grande do Norte, Bahia e outros estados, paralisações em fábricas, manifestações pelas ruas das capitais, nas escolas e universidades.

E temos a tarefa de preparar este Dia Nacional de Paralisação, em 25 de novembro. Vamos fazer assembleias e realizar greves, paralisações, protestos, manifestações. Trabalhadores do campo e da cidade, operários, servidores públicos, juventude, os que lutam contra as opressões e em defesa da moradia. É hora de dizer não, de dar uma basta. Preparar a Greve Geral, já!

Temer e patrões querem que paguemos a conta da crise

Tirar verbas de saúde e educação e outros serviços públicos para dar dinheiro aos banqueiros e isenção aos empresários

O governo alardeia que os gastos públicos não permitem controlar a inflação e garantir superávit primário, ou seja, dinheiro público em caixa. "Por isso, é preciso congelar os gastos", diz. Não haverá, porém, limitações para gastos com juros e amortizações das dúvidas públicas, cujos maiores credores são bancos e outras empresas financeiras. Entretanto, o principal problema nas contas públicas está justamente na dívida

pública e não nos gastos primários, como saúde, educação, transporte, moradia, salários e carreiras dos servidores públicos, os que de fato serão congelados.

As despesas primárias são praticamente as despesas relativas a todo o orçamento, menos aquelas financeiras, ou seja: para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, que poderão crescer, sem nenhum limite, neste período.

Em 2016, para o pagamento da dívida pública estão autorizados 45,47% do orçamento.

E assim, o conjunto dos governos do PMDB, do PSDB e dos demais partidos que dirigem os estados e o governo federal aplicam o mesmo receituário neoliberal. Seja Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou Belém, ferro nos trabalhadores e dinheiro para banqueiros, empresários e agroindústria.

TERCEIRIZAÇÃO – A liberação total da terceirização pode ser

decidida nos próximos dias. A votação do Recurso Extraordinário

958252, que estava prevista para 9 de novembro último, no STF (Supremo Tribunal Federal), pretendia derrubar decisão do TST (Tribu-

nal Superior do Trabalho) que definiu a terceirização praticada pela

Cenibra (Empresa Brasileira de Celulose) como "transferência frau-

dulenta e ilegal" de mão de obra, com o "nítido propósito de reduzir

custos de produção", praticada por essa empresa. Ou seja, se

o STF não criminalizar as contratações da Cenibra como

fraude, na prática será a legalização da terceiriza-

ção em atividades-fim. Ou seja, na decisão

PEC 55 (ex 241) – A Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 55 (ex 241), congela em 20 anos o orçamento para serviços públicos, entre eles saúde e educação, assim como salários e carreira de servidores públicos. Se esta PEC estivesse sido aprovada há vinte anos, o salário mínimo seria de R\$ 400 e não de R\$ 880. Esse projeto já foi aprovado em dois turnos na Câmara e guerem aprová-lo até dia 14 de dezembro no Senado.

REFORMAS – As já anunciadas reformas da Previdência e Trabalhista. A primeira pretende elevar aos 65 anos a idade mínima para a aposentadoria, sendo homem ou mulher, tanto de servidores públicos quanto os da iniciativa privada. Já a segunda quer permitir que o que for negociado entre sindicatos e patrões valha mais do que os direitos adquiridos na CLT (Convenção das Leis de Trabalho). Ou seja, não teremos mais garantidos férias, 13% salário, horas extras e outros direitos.

REPORTERIO DO TRABALHO I IMPRE **DIREITO DE GREVE** – O STF aprovou por 6 a 4 que o poder público deve descontar o salário de servidores em greve. A decisão foi tomada um dia antes da data em que se comemora o Dia do Servidor Público, 29 de outubro, e quando a categoria está mobilizada com diversas greves e ocupações na área da educação. Os servidores públicos até hoje não têm regulamento o direito à negociação coletiva e data-base, apesar de o Brasil assinar a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que exige respeito a esses direitos dos servidores. O mais lamentável é que sobre isso o STF não se manifesta. Esses não são os únicos ataques, ainda há outros.

Jornada de Lutas

Fortalecer as mobilizações

Servidores públicos, metalúrgicos, trabalhadores do transporte, petroleiros, operários da construção civil, estudantes e movimentos populares juntos

Não podemos aceitar esses ataques que vêm sendo impostos pelo governo Temer. Temos de seguir o exemplo de trabalhadores de outros países como França, Espanha e México que também estão com direitos muito parecidos que os nossos ameaçados e estão lutando nas ruas e fazendo greves.

Agui, no Brasil, não será diferente. E não está sendo.

Ocupações – A iuventude vem despontando na vanguarda das lutas com as ocupações das escolas. Semana passada, o movimento das ocupações estudantis avançou, em especial,

Da Jornada

de lutas à

Greve Geral

A Coordenação Nacional de nossa

Central, a CSP-Conlutas, aprovou im-

pulsionar a Jornada de Lutas proposta

nas universidades. De norte à sul do país eram 1155 instituições de ensino ocupadas, sendo 105 universidades e mais de 1000 escolas no Paraná, Distrito Federal, Rio de Janeiro e outros estados. Além de recusar a reforma do Ensino e a Lei da Mordaça, que visam transformar a educação em simples meio para formação ideológica a serviço do mercado e dos interesses dos empresários. eles lutam contra a PEC 55. Neste momento, uma nova instituição de ensino deve estar sendo ocupada.

O mesmo ocorre nos demais setores dos trabalhadores. Através do chamado

unitário das centrais sindicais, a classe já realizou grandes mobilizações no mês de setembro: Jornada de luta em Brasília, que teve os servidores públicos à frente, nos dias 12, 13 e 14; paralisações em nível nacional no dia 22, comandados pelo setor de educação, e no dia 29, com os metalúrgicos à frente e a adesão de uma parcela dos trabalhadores da construção civil e petroleiros contra os planos de Michel Temer. Greves com duração de mais de uma semana foram vitoriosas na Gerdau e Hitachi, no Vale do Paraíba (SP) e preparam o enfrentamento contra patronal, na Embraer.

Algumas lutas no dia 11/11





Belo Horizonte (MG)







11 de novembro

Realizado Dia Nacional de Protestos. Mobilizações e Paralisações com o setor da educação à frente.

20 de novembro

Dia da Consciência

pelas Centrais Sindicais dias antes. Assim, neste mês de novembro, há um importante calendário a ser cumprido e todas estas iniciativas devem nos conduzir rumo à preparação de uma urgente Greve Geral que derrote os projetos do governo Temer que atacam duramente os trabalhadores.

Negra, mas todo o mês está sendo marcado pela Marcha da Periferia, com atividades e protestos que mostram a luta contra o racismo no país e por direitos de negras e negros.

25 de novembro

Dia Nacional de Protestos Paralisações e Greves: a proposta é que este dia seja fortalecido com o acúmulo das lutas em curso e das acões do dia 11 de novembro e que entrem com participação expressiva nesse dia os diversos setores privados que começam a se mobilizar. Entre eles, metalúrgicos, operários da construção civil, petroleiros, trabalhadores da mineração, químicos, e outros, e ações conjuntas com o movimento popular.

Também vamos incorporar a luta contra a violência à mulher nessa iornada.

A CSP-Conlutas está nas ruas, nas ocupações das escolas, nas universidades, em cada local de trabalho, nas lutas por moradia e com as causas da juventude, defendendo a necessidade da realização de uma Greve Geral, já!

29 de novembro

Caravana a Brasília contra a PEC-55, por ocasião da votação no Senado.

Greve Geral, já! Contra as reformas da Previdência e Trabalhista! Contra à Contra a PEC 55 (ex 241)! Por emprego e salário, contra o ajuste fiscal e a retirada dos direitos!

FORA TEMER E TODOS OS CORRUPTOS DO CONGRESSO NACIONAL!

Novembro Negro é mês da Marcha da Periferia

Denúncia do racismo e exigência de reparação

"Aquilombar para Reparar". Com este tema, o movimento negro vai às ruas neste mês de novembro exigir direitos e reparação. A Marcha da Periferia acontece de 11 a 26 de novembro em diversos estados brasileiros. Este é o mês em que se celebra a resistência de Zumbi dos Palmares, símbolo da luta contra o racismo e a escravidão no país.

Dados do Anuário de Segurança Pública de 2016 apontam que a cada nove minutos uma pessoa morre vítima de arma de fogo no Brasil. Ainda de acordo com o levantamento, destes, 54% são jovens, entre 15 e 24 anos, e 73% são negros e pardos.

Segundo a pesquisa, 58.492 pessoas morreram em 2015 vitimas da violência por arma de fogo. Outro fato alarmante é de 3.345 mortes foram causadas por intervenções militares e 17. 688 por policiais, entre 2009 e 2015. Talvez

por isso 70% das pessoas, segundo o estudo, têm medo da polícia.
Ou seja, a militarização da policia é outro fato que diretamente ligado às mortes de negros, majoritariamente, nas periferias.

O Quilombo Raça e Classe, que integra a CSP-Conlutas, defende que é necessário exigir dos governos reparação com trabalho, saúde e educação públicas de qualidade ao povo negro do Brasil.

Também faz um chamado a todas as organizações do movimento negro e entidades e movimentos no Brasil a se incorporem aos eventos e atividades do Novembro Negro e na construção da Marcha da Periferia. Neste período estão sendo realizados debates, encontros, palestras em escolas e universidades públicas, Festivais de Hip Hop, manifestações, entre outras atividades.





Manifestação na Argentina contra violência à mulher

25 de novembro

Dia internacional de Combate à Violência à Mulher

Em todo o mundo, as mulheres vêm se mobilizando para enfrentar uma das piores facetas do machismo: a violência. No último mês, o movimento "Ni una a menos", surgido na Argentina, levou milhares de mulheres às ruas em diversos países, inclusive aqui no Brasil, para denunciar o aumento nos casos de assassinatos e estupros.

O nosso país ocupa a quinta posição num ranking mundial onde mais se mata mulheres. A cada 2 horas uma mulher brasileira é morta pela violência machista; a cada 2 minutos, 5 mulheres são espancadas e a cada 10 segundos uma mulher é vítima de estupro. Esses dados alarmantes combinados com os indicadores sociais como o

fato de estarem nos piores postos de trabalho e serem maioria entre a população pobre. Além disso, são as mais prejudicadas com as medidas de ajuste do governo Temer, o que faz com sejam as mulheres as principais protagonistas das diversas lutas que acontecem no Brasil, desde a ocupação das escolas, passando pelas greves do funcionalismo e outros setores da classe.

Por isso, a CSP-Conlutas e o MML (Movimento Mulheres em Luta) participam das manifestações do próximo 25 de novembro, levantando a bandeira do combate à violência machista, para fortalecer as mulheres e unificar a classe trabalhadora.

Participe, divulgue, organize!

NOSSAS BANDEIRAS NA JORNADA DE LUTAS

- Contra as demissões e o desemprego. Redução da jornada para 36h, sem redução de salário. Extensão do seguro desemprego para um ano para todos sem nenhum tipo de carência; Não à carestia: Defendemos o controle e congelamento dos preços da cesta básica e tarifas públicas;
- Não ao pagamento da dívida externa; Pela auditoria da Dívida Pública e suspensão imediata do pagamento da dívida;
- Contra as privatizações e a terceirização; Reestatização de todas as empresas privatizadas. Pela volta do monopólio do Petróleo, Petrobrás 100% estatal!
- Prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores;
- Nenhuma confiança na justiça do Estado burguês em defesa das liberdades democráticas;
- Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- Plano geral de obras públicas para construção de moradia popular, hospitais, creches e escolas;
- Fim dos despejos. Redução e congelamento dos preços dos aluguéis;
- Salário igual para trabalho igual. Chega de assédio aos setores oprimidos;
- Basta de genocídio à população negra. Desmilitarização da PM;
- Unir os trabalhadores contra a violência à mulher, o feminicídio e os estupros;
- Pela criminalização da LGBTfobia;
- Contra a PEC 55 e ao PLP 257;
- Não à MP 746 (reforma do Ensino Médio) e o PL 867 (Escola Sem Partido)



Rua Boa Vista, 76 - 11° andar - CEP: 01014-000 | Centro - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3107-7984